

ENTREVISTA



SECRETÁRIA NACIONAL DE HABITAÇÃO EXPLICA CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO MINHA CASA, MINHA VIDA – MODALIDADE FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL

EMPRESAS NÃO SELECIONADAS PODEM RECORRER À SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES PARA ENTENDEREM A RAZÃO DE NÃO TEREM OBTIDO A PONTUAÇÃO NECESSÁRIA

Bruno Peres/Ministério das Cidades



A secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves

O Ministério das Cidades publicou nesta semana a Portaria 267/2017, que define o processo de seleção do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), modalidade Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Em entrevista exclusiva ao **CBIC Mais**, Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves explica que para as operações do Faixa 1, que atende às famílias com renda mensal familiar bruta de até R\$ 1.800,00, sempre que a meta de contratação é menor que a oferta de propostas, como ocorreu em 2017, se faz necessário o estabelecimento de processos de seleção com critérios técnicos claros e objetivos, garantindo transparência e tratamento isonômico para todos os inscritos. Secretária Nacional de Habitação, ela explica os critérios de seleção e contratação de propostas e financiamento do FAR, destaca os objetivos definidos para o processo de seleção e informa que os não selecionados poderão entender a razão de não terem obtido a pontuação necessária

se dirigindo à Secretaria Nacional de Habitação.

CBIC Mais: Com a ampliação de recursos do crédito habitacional destinados às faixas 1,5 e 2 do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) para 2017, com recursos do FGTS, a senhora pode explicar os critérios técnicos de seleção e contratação de propostas e financiamento do programa?

Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves: As operações com recursos do FGTS são consideradas de mercado e não sofrem processo de seleção e contratação. As contratações acontecem até o limite dos orçamentos por programa. Os orçamentos anuais do FGTS são aprovados pelo Conselho Curador do FGTS, normalmente em outubro do ano anterior. Outra modelagem é quando tratamos das operações com recursos da União. Falamos da Faixa 1 – aten-

dimento de famílias com renda mensal familiar bruta de até R\$ 1.800,00, nas modalidades: FAR (Fundo de Arrendamento Residencial), cujos proponentes são as empresas construtoras; FDS (Fundo de Desenvolvimento Social), cujos proponentes são as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos; PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), cujos proponentes são as entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que operam na área rural, e Oferta Pública de Recursos voltada para o atendimento das cidades com menos de 50 mil habitantes.

Para as operações do Faixa 1, se faz necessário o estabelecimento de processos abertos de inscrição de forma a garantir o acesso de todos os interessados. Sempre que a meta de contratação é menor que a oferta de propostas, como ocorreu em 2017, tem-se que proceder a um processo de seleção com critérios claros e objetivos garantindo transparência e o tratamento igual para todos os inscritos.

Em 2017 os objetivos definidos para o processo de seleção foram: atingir o maior número de municípios, em especial os que foram pouco atendidos anteriormente ou não foram contemplados; chegar as cidades de menos de 50 mil habitantes, antes não atendidas pelo FAR; melhorar a inserção urbana dos empreendimentos; reduzir o porte dos empreendimentos e adequá-los ao porte das cidades; premiar a parceria público-privado; priorizar propostas em condições de contratação imediata.

Para atingir esses objetivos, foi estabelecida pontuação sobre itens mensuráveis de cada proposta. A seleção aconteceu em razão do déficit habitacional lido pelo IBGE por região, respeitado o déficit de cada estado. As propostas foram ordenadas por número de pontos, sendo as de pontuação maior selecionadas para a etapa de contratação.

C.M: Qual a razão dos eliminados?

M.H.A.F.A: Os não selecionados poderão vir à Secretaria Nacional de Habitação (SNH) entender as razões de não terem obtido a pontuação necessária e preparar para o próximo certame de seleção que poderá acontecer em 2018 se o orçamento do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) for ampliado.

C.M: Quando começa a contratação?

M.H.A.F.A: A contratação pode acontecer após a data da publicação da Portaria de seleção até 180 dias daquela data.

C.M: Como está a reserva de recursos?

M.H.A.F.A: Os recursos financeiros e orçamentários do Programa, sendo aprovado a proposta encaminhada ao Congresso para 2018, são suficientes para garantir o pagamento em dia das contratações autorizadas.

C.M: Qual sua expectativa para fechar 2017 - a meta de contratação será alcançada?

M.H.A.F.A: A meta de contratação do Faixa 1 em 2017, definida na Lei Orçamentária Anual (LOA) é de 170 mil unidades assim distribuídas: 100 mil FAR; 35 mil FDS, e 35 mil RURAL.

Já estão autorizadas contratações de mais de 92 mil unidades no FAR, as restantes estão em fase de análise e se referem a reassentamento de famílias do PAC ou a atendimento de situação de calamidade validada pelo Ministério da Integração.

As portarias de seleção das operações do FDS e RURAL deverão estar publicadas nas próximas semanas e assim estará cumprida a meta de 2017. As contratações deverão iniciar em 2017 e ocorrer também em 2018.

A FORÇA QUE VOCÊ PRECISAVA PARA CONTROLAR SUA OBRA

SOFTWARE DE MOBILIDADE PARA A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

conheça nossa solução ►



mobuss
Teclógica
Construção

MARINGÁ (PR) RECEBEU CAPACITAÇÃO SOBRE ÉTICA E COMPLIANCE

EVENTO CONTOU COM A PRESENÇA DO MEMBRO DA FORÇA TAREFA DA LAVA JATO

Guilherme Kardi



Participantes no seminário Ética e Compliance para uma gestão Eficaz, em Maringá (PR)

O Seminário “Ética & Compliance para uma Gestão Eficaz” foi realizado em Maringá, na terça-feira, dia 7 deste mês. O evento foi promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e pelo Sesi Nacional, sendo realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Noroeste do Paraná, com apoio do Crea-PR, Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), Seconci-PR, Fabril Rosa & Trovão Advogados, Taky Empreendimentos e Plaenge.

Os palestrantes foram Eliana Calmon – Jurista e Ministra Aposentada do Superior Tribunal de Justiça – STJ; Leonardo Barreto – Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB); Marco Antônio Guimarães – Gerente Executivo

Jurídico de Riscos e Compliance do Sistema Fiep; e Carlos Fernando dos Santos Lima – Procurador Regional da República e membro da Força Tarefa da Lava Jato.

Na abertura, José Armando Quirino, vice-presidente do Sinduscon Noroeste do Paraná, lembrou a crise moral do Brasil e disse que a sociedade anseia por um país mais justo. “Este seminário é fundamental. Com ética, compliance e consciência na hora de escolher nossos representantes, podemos construir um país melhor”.

A gerente de negócios da CBIC, Geórgia Grace Bernardes destacou que o projeto “O Futuro da Minha Cidade” é inspirado em Maringá, “que tem

Paulo Matias-Polén Comunicação



Gerente de negócios da CBIC, Geórgia Grace Bernardes

uma sociedade civil bastante unida”. Ela destacou o Sinduscon Noroeste do Paraná, “um forte parceiro da CBIC”, e lembrou que o sindicato incluiu o compliance no regulamento do Prêmio Sinduscon e adotou este sistema de gestão.

SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS

Leonardo Barreto disse que um dos principais ativos das empresas é a reputação e que a implantação do sistema de compliance pode ser essencial para a sobrevivência de um negócio. “Sem reputação, tudo perde valor. Estamos expostos pelas redes sociais e pela comunicação instantânea. Isso assumiu uma importância nunca vista”, frisou.

O *compliance* nada mais é que conformidade com a sociedade atual, não só no aspecto legal, mas em todas as suas dimensões, sentenciou Barreto. “A narrativa de comunicação dos valores éticos e morais se impõe de uma maneira cruel, sem julgamento. O *compliance* é importante porque o sistema está ligado à gestão da reputação. Tem que estar no plano de negócio das empresas”, enfatizou.

INSEGURANÇA JURÍDICA

Eliana Calmon disse que o Brasil é dividido em dois grupos de agentes públicos: um que se submete a uma lei rigorosa e outro que não se submete. Segundo ela, a classe média é esmagada por

Paulo Matias-Polén Comunicação



Jurista e Ministra Aposentada do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Eliana Calmon

impostos e enganos, a lei é elitista e ineficiente, e leva à impunidade. “Desta forma, estamos cada vez mais nos afastando daquilo que é previsto na constituição que é a segurança jurídica”.

O estágio atual dos processos da Lava Jato preocupa Eliana Calmon. “Hoje chegamos aos maiores da Nação e o STF está negando seu papel”, lamenta. Ela acredita que existem dois elementos que serão capazes de barrar esse retrocesso: a mídia e o apoio da população.

PREJUÍZOS DA CORRUPÇÃO

Para Marco Antônio Guimarães, a sociedade atual tem os valores e princípios como referenciais em um contexto em que a corrupção é um mal tanto para os cidadãos, quanto para as empresas e o poder público. “Há um consenso generalizado de que ela prejudica a própria democracia, na medida em que irriga os cofres dos partidos políticos”, explicou.

Outro ponto em que a corrupção é prejudicial é para a população. “Ela extrai recursos da sociedade já que o poder público utiliza seus próprios cofres para pagar propina, o que reduz investimentos nas áreas produtivas e na própria sociedade”, enfatizou.

“BALCÃO DE NEGÓCIOS”

Carlos Fernando dos Santos Lima defendeu que o *compliance* é essencial para as empresas, sejam

Paulo Matias-Polén Comunicação



Leonardo Barreto (Cientista Político), Carlos Fernando dos Santos Lima (Procurador Regional da República e membro da Força Tarefa da Lava Jato), e Marco Antônio Guimarães (Fiep)

públicas ou privadas. “A dificuldade é implantá-lo, pois, dentro do atual sistema, as empresas têm dificuldade em atuar em conformidade com as leis. Precisamos acabar com a cultura da corrupção”.

O procurador defende a reforma do sistema político, já que o Congresso Nacional não pode ser um balcão de negócios onde medidas provisórias

são vendidas. Carlos Fernando afirma ainda que depois de todo o trabalho feito pela Lava Jato, há quem considere que a missão está finalizada.

“Querem bater nas nossas costas, fingir que resolvemos o problema e encerrar a Lava Jato”, diz. Para ele, a sociedade tem papel importante para que o processo não termine antes do final que todos esperam.

Com colaboração de Dirceu Herrero, Sinduscon Noroeste do Paraná





**PASI, reconhecido pela
CBIC como o Seguro de
Vida Oficial da Indústria
da Construção**

Convênio

CBIC

Núcleo de Seguros

**CLIQUE AQUI
E SOLICITE UMA PROPOSTA**

Garantia:



Central PASI – 4000-1989
contato@pasi.com.br – www.pasi.com.br





/seguroPASI

Produto registrado na SUSEP sob nº 15414.003220/2010-81 e sob responsabilidade da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., código SUSEP 0635-1, CNPJ 02.102.498/0001-29. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização.

SETOR DA CONSTRUÇÃO ESTÁ OTIMISTA COM A ENTRADA EM VIGOR DA NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

FERNANDO GUEDES - Presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC

Guilherme Kardel



Fernando Guedes, presidente da CPRT/CBIC

Depois de muita expectativa, discussão e debate, chega o tão esperado 11 de novembro, dia em que entra em vigor a Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), com o maior número de alterações observadas na legislação trabalhista desde a edição da própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Apesar das inúmeras dúvidas e questionamentos que surgiram em relação ao texto da reforma, é inegável o nosso otimismo com a revolução que ela proporcionará no relacionamento entre empregados e empregadores. A lei altera substancialmente o cenário das relações de trabalho no Brasil.

A nova Legislação Trabalhista traz menor ingerência estatal ao privilegiar a negociação, que é a prevalência do negociado sobre o legislado. Incentiva a formalização de trabalhadores, quando trata do trabalho intermitente e de outras situações previstas. Diminui o litígio trabalhista, o que é muito importante na relação entre empregados e empregadores. O Brasil tem uma Justiça Trabalhista muito demandada, muito inchada em relação ao número de ações. Nós temos 3 milhões de ações por ano. Isso vai diminuir com a lei. A expectativa é de que a reforma trabalhista melhore significativamente o ambiente de negócios, já que privilegia a negociação direta entre empregados e

empregadores e permite que as questões sejam resolvidas dentro da própria empresa, de acordo com sua atividade, considerando as peculiaridades que só empregados e empregadores conhecem.

É também importante considerar que não há um só direito fundamental do trabalhador sendo subtraído com base na reforma trabalhista. Ela preserva todos os direitos fundamentais e ainda criou a possibilidade de, naquilo que é específico, ser negociado entre empregado e empregador, o que com certeza melhora o ambiente de negócio. E, a curto prazo, vai melhorar inclusive a relação entre empregados e empregadores, que hoje é muito conflitiva. Aumentando a segurança jurídica para o empregador, mais empregos serão gerados, melhorando a economia, que é o que o País precisa.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da sua Comissão de Política e Relações Trabalhistas (CPRT), vem debatendo o tema da reforma trabalhista e esclarecendo dúvidas junto às suas entidades associadas (sindicatos e associações da indústria da construção). O impacto da nova lei já foi abordado tanto com os representantes da área de infraestrutura, em reunião com a Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, quanto com os membros do Conselho de Administração da entidade e no lançamento da CANPAT Construção 2017 – Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes na Indústria da Construção. A ideia é debater o assunto e tirar as dúvidas onde se fizer necessário, como já ocorreu em cidades como Maceió (AL) e Curitiba (PR).

O importante é termos em mente que lei é lei. Discussões são salutares, próprias do Direito, que não é uma ciência exata, mas a letra da Lei deve ser cumprida por todos, juízes, procuradores, advogados e empresários, empregadores e empregados. E é isso que vai acontecer. Teremos um período de assentamento, de discussão para que as jurisprudências firmes e os entendimentos se consolidem, mas a lei é a lei e o espírito da reforma trabalhista vai prevalecer no final.

MISSÃO BIM

DIONYZIO A. M. KLAVDIANOS - Presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (COMAT) da CBIC

PH Freitas/CBIC



Dionyzio A. M. Klavdianos, presidente da COMAT/CBIC

Antigamente, era como um ritual fazer a refeição e aguardar o início da projeção do único filme que passaria durante todo o voo intercontinental. Hoje, dispomos de tela individual e minúscula... a cada ano, repleta de mais recursos e opções e menos interessante. Paradoxalmente, a própria tecnologia oferece a solução: baixar antes o filme de interesse e levar um computador à tiracolo.

Durante a missão técnica organizada para conhecer a política pública do Reino Unido de implementação do BIM para contratação de serviços, em andamento desde 2009, o esforço dos cicrones é demonstrar como uma tecnologia custosa e exigente pode ser efetivada em nível nacional, desde que haja um direcionamento claro do governo e sejam oferecidas condições de acesso mínimas aos interessados em utilizá-la.

No Reino Unido, assim como no Brasil, mais de 90% das empresas da construção são de pequeno porte, com até dez funcionários. Portanto, sem condições de cometer os mesmos erros e barbearagens da fabricante de avião, sob pena de falirem. Daí a importância de se utilizar com

responsabilidade e conhecimento os avanços da tecnologia.

Para quem procura utilizar o atraso tecnológico do setor como barreira, um dos casos apresentados foi justamente o de uma construtora fundada em 1773.

Provavelmente, uma das que escavaram manualmente o buraco para a construção do metrô londrino, mais antigo do mundo e datado de 1860, hoje, uma das maiores do mundo. Tem avançado muito em termos de ambiente digital, ou seja, no seu caso, o BIM serviu meramente de porta de entrada.

Mas o BIM pode auxiliar mais ainda os pequenos e o escritório de Arquitetura demonstra, em gráfico, com os valores monetários explicitados, que o investimento constante em treinamento resultou num crescimento exponencial do faturamento e o número de arquitetos empregados passou de seis para vinte nos últimos anos.

A expansão bilionária do metrô londrino, 15 bilhões de libras, só pôde ser autorizada quando aprovou-se a utilização do BIM para o gerenciamento do projeto. Há cerca de um ano da inauguração, impressiona a qualidade alcançada em termos de execução e controle de projetos e dados. Mesmo no canteiro, há exemplos de detalhes construtivos viabilizados pelo uso da tecnologia, o que não impediu que a obra gigantesca cumprisse seu papel social, empregando ainda hoje mais de 1000 operários, boa parte imigrantes.

Exemplos de implantação com resultados positivos já existem também no nosso país e cabe às entidades interessadas na disseminação da tecnologia torná-la aqui acessível, abrangente e democrática e não um nicho de interesse de poucos ilustrados.

SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL								
SINAPI								
Outubro/17								
Unidades Federação e Regiões Geográficas	Não considerando a desoneração da folha de pagamento de empresas do setor da Construção Civil				Considerando a desoneração da folha de pagamento de empresas do setor da Construção Civil			
	Custos Médios R\$/m²	Variações %			Custos Médios R\$/m²	Variações %		
		Mês	Acumuladas			Mês	Acumuladas	
			Ano	12 Meses			Ano	12 Meses
Brasil	1.139,52	0,15	3,24	3,90	1.059,68	0,16	3,14	3,75
Região Norte	1.137,36	0,27	2,49	2,60	1.062,53	0,27	2,28	2,37
Rondônia	1.178,99	0,44	3,51	3,12	1.102,66	0,48	3,47	3,07
Acre	1.251,50	0,45	3,88	4,60	1.170,03	0,48	3,80	4,60
Amazonas	1.102,04	0,34	4,90	4,53	1.030,32	0,37	4,65	4,25
Roraima	1.195,42	1,46	2,31	2,27	1.109,99	1,35	2,17	2,17
Pará	1.117,33	0,01	0,30	0,16	1.043,33	0,01	0,14	-0,01
Amapá	1.124,13	0,31	3,84	3,93	1.052,09	0,34	3,54	3,64
Tocantins	1.200,50	0,36	4,05	7,05	1.122,18	0,38	3,81	6,58
Região Nordeste	1.053,61	0,09	3,76	4,69	983,76	0,09	3,70	4,57
Maranhão	1.083,82	-0,20	4,58	5,11	1.013,36	-0,22	4,44	5,00
Piauí	1.077,40	0,04	2,04	5,90	1.009,55	0,04	2,16	5,71
Ceará	1.053,66	-0,20	3,31	3,64	986,33	-0,21	3,36	3,71
Rio Grande do Norte	1.003,94	0,08	3,21	6,72	939,93	0,06	3,40	6,59
Paraíba	1.106,99	0,66	4,24	4,49	1.035,15	0,70	4,07	4,35
Pernambuco	1.027,17	0,11	2,56	5,66	958,46	0,12	2,47	5,43
Alagoas	1.049,91	0,53	4,08	4,12	981,91	0,58	4,03	4,08
Sergipe	991,40	-0,23	2,56	2,39	925,67	-0,25	2,39	2,21
Bahia	1.053,66	0,20	4,72	4,34	980,15	0,22	4,59	4,18
Região Sudeste	1.192,90	0,01	3,03	3,07	1.104,90	0,01	2,91	2,94
Minas Gerais	1.073,76	0,01	4,49	4,35	1.000,04	0,01	4,29	4,14
Espírito Santo	1.039,56	-0,12	2,28	4,83	965,87	-0,13	2,14	4,57
Rio de Janeiro	1.286,22	-0,14	3,56	3,65	1.188,32	-0,15	3,51	3,62
São Paulo	1.239,50	0,08	2,13	2,07	1.145,72	0,08	2,03	1,95
Região Sul	1.189,18	0,09	3,28	5,71	1.101,80	0,10	3,19	5,40
Paraná	1.165,21	0,13	1,98	6,74	1.076,56	0,14	1,86	6,23
Santa Catarina	1.294,81	0,29	5,70	6,56	1.196,55	0,31	5,58	6,26
Rio Grande do Sul	1.127,62	-0,19	3,06	3,19	1.052,86	-0,20	2,95	3,09
Região Centro-Oeste	1.146,71	0,97	3,31	3,95	1.071,77	0,96	3,28	3,89
Mato Grosso do Sul	1.129,03	0,10	3,97	4,25	1.056,21	0,11	3,85	4,16
Mato Grosso	1.135,80	0,57	1,39	1,46	1.061,16	0,61	1,50	1,58
Goiás	1.136,87	2,56	4,60	4,68	1.062,33	2,47	4,45	4,52
Distrito Federal	1.187,16	-0,03	3,69	6,09	1.109,80	-0,01	3,61	5,83

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

AGENDA



13 de novembro

OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO
EM OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS
Local: Rio de Janeiro-RJ



17 de novembro

REUNIÃO DA COMAT
TRANSMISSÃO AO VIVO PELO
FACEBOOK DA CBIC
Local: Secovi-SP



21 de novembro

O FUTURO DA MINHA CIDADE
Local: Sinduscon - JPA



23 de novembro

EVENTO REGIONAL DA CAMPANHA NACIONAL
DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES
(CANPAT CONSTRUÇÃO 2017/2018)
E REFORMA TRABALHISTA
Local: Auditório da Associação de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto - AEAAP



24 de novembro

REUNIÃO DA COMISSÃO
DA INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA
Local: Maceió-AL



30 de novembro

REUNIÃO DA COMISSÃO DE
INFRAESTRUTURA DA CBIC
Local: Sede da CBIC
SBN, Quadra 1, Bloco I, Edifício Armando Monteiro Neto,
sede da CBIC

EXPEDIENTE:

Presidente da CBIC: José Carlos Martins
Equipe de Comunicação:
Doca de Oliveira – coordenacao.comunicacao@cbic.org.br
Ana Rita de Holanda – jornalista@cbic.org.br
Sandra Bezerra – comunicacao@cbic.org.br
Paulo Henrique Freitas de Paula – arte@cbic.org.br
Carmen Cunha - redacao@cbic.org.br

Vando Barbosa - Coordenador de Marketing - marketing@cbic.org.br
Projeto Gráfico: Radiola
Diagramação: Paulo Henrique Freitas de Paula
Telefone: (61) 3327-1013